

## A EXCLUSÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NA PÓS-PANDEMIA

Íris Maria De Oliveira Formiga

Diante da atual pandemia da Covid-19, as medidas de distanciamento e isolamento impostas para mitigar a propagação do vírus causaram alterações bruscas em diversos setores da sociedade. O segmento da educação, de uma hora para outra, precisou se readaptar, com a suspensão total de algumas atividades e, sobretudo, com a incorporação maciça de aulas à distância. Nesse novo modelo, ficam ainda mais nítidas as dificuldades de acesso à educação pelos alunos de classes mais baixas.

Tendo em vista, ainda, que o direito à educação para todos, consagrado na Constituição, historicamente não tem garantido equidade nem a qualidade do ensino, o que temos é que o sistema educacional brasileiro constitui um elemento reforçador da exclusão social. Exclusão que ficou ainda mais evidente no atual cenário pandêmico e que poderá levar ao aumento do *gap* entre alunos de escolas particulares e públicas no Brasil.

Em face do exposto, pergunta-se: quais as maiores dificuldades que o cenário pedagógico atual, diante da pandemia da Covid e da suspensão de aulas presenciais, apresenta para alunos de classes baixas e como elas podem impactar no aumento do desnível entre estudantes de escolas particulares e públicas no Brasil, reforçando a exclusão social?

Inicialmente, cabe-se destacar que a exclusão educacional associada às diferenças de classes é apontada por Souza (2017) já no surgimento do sistema de ensino brasileiro, que, desde seus primórdios, tem privilegiado a formação das classes dominantes. Segundo o autor, no Brasil colônia, o sistema educacional destinava-se quase que exclusivamente a crianças oriundas de famílias ricas, com o objetivo de ocuparem uma função pública ou no clero. Com a chegada da família real, foram realizadas algumas mudanças: ganhou importância a formação superior, enquanto a tentativa de se criar um sistema de ensino público para a educação elementar fracassou, permanecendo seu acesso restrito à elite. Daí decorre que a história da educação pública no Brasil apresentou um surgimento invertido: primeiro criaram-se instituições educacionais destinadas ao ensino de nível superior e somente anos depois foi dada importância à educação infantil, até então restrita às classes capazes de investir na formação de seus filhos (SOUZA, 2017). Assim, percebe-se que esse *gap* educacional existente entre as diferentes classes vem se acumulando historicamente.

Com relação à desigualdade educacional existente entre as classes sociais, Illich ressalta a impossibilidade de uma criança pobre nivelar-se a uma criança rica ou de classe média, ainda

que frequentasse a mesma escola, pois as oportunidades educacionais disponíveis para diferentes classes não são as mesmas, elas extrapolam o ambiente escolar. O autor dá como exemplo conversas com a família, viagens de férias, livros, que ampliam as possibilidades de conhecimento (ILLICH, 1985). No atual cenário, essas oportunidades se percebem no acesso às diferentes tecnologias e estratégias educacionais; na presença dos familiares em casa – pois o modelo à distância exige um suporte maior de pais ou terceiros; na existência de um ambiente reservado para que se possa assistir às aulas e estudar o material proposto; na maior possibilidade de isolamento e proteção da saúde; na continuidade do cronograma das escolas particulares. Nas classes menos favorecidas, a realidade é totalmente diversa: de início as aulas foram suspensas, causando defasagem nos cronogramas; os alunos mal têm acesso à internet, computadores, *tablets*, celulares; o ambiente é compartilhado com várias pessoas, não havendo privacidade para o estudo; a maioria dos pais não foi dispensada do trabalho e não consegue dar suporte aos estudos de seus filhos.

Nesse sentido, a polêmica sobre a aplicação do Enem este ano pode ser citada como exemplo das profundas diferenças entre as condições de acesso a conteúdos educacionais por parte de estudantes pobres e ricos. O exame foi sucessivamente marcado, desmarcado e, por enquanto, encontra-se suspenso, diante da flagrante desvantagem competitiva que os alunos das classes baixas teriam em relação aos demais.

Essas diferenças, e tantas mais, desconstroem a ideia de que o sucesso na educação depende apenas de mérito, do interesse do estudante em buscar o conhecimento por si só. Como bem cita Illich, o estudante pobre sempre ficará em desvantagem, “porquanto depende da escola para progredir ou aprender” (ILLICH, 1995, p. 21). E agora, sem escola, a desvantagem aumenta.

Outro ponto que merece destaque é o prejuízo que se tem na interação entre alunos e professores no modelo remoto. Se mesmo nas aulas síncronas, que ocorrem ao vivo, este diálogo é dificultado (pelo grande número de alunos na sala virtual, problemas de conexão, estranheza de se interagir com uma tela), nenhuma possibilidade de debate ocorre nas aulas gravadas ou televisionadas que estão sendo disponibilizadas para a rede pública. O professor se torna, assim, mero narrador de conteúdos, caracterizando a ‘educação bancária’ citada por Paulo Freire, em que a única margem de ação que se oferece aos alunos é receber os conteúdos (“depósitos”), guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1987). Não há espaço para interação, discussão, decisão conjunta sobre temas de interesse. Isso impossibilita a emergência da criatividade, da transformação e do verdadeiro saber, alienando ainda mais os educandos, distanciando-os de uma consciência crítica que possibilitaria sua inserção no mundo como

sujeitos (FREIRE, 1987). Tal prática termina por fortalecer as condições de opressão, perpetuando o favorecimento das classes dominantes e a manutenção do *status quo* social.

Além da formação, cabe destacar outros papéis desempenhados pela escola que restam prejudicados no momento, como a questão da merenda escolar, que em muitos casos constitui a principal fonte de nutrição dos estudantes da rede pública; a escola enquanto espaço em que os pais deixam os filhos para poder trabalhar; a escola enquanto espaço de socialização.

A desigualdade educacional entre as classes econômicas, de modo geral, reproduz a situação desigual da sociedade brasileira como um todo. O peso reconhecido do setor para o futuro de um país em desenvolvimento como o nosso, entretanto, deveria justificar a adoção de políticas públicas específicas por parte do Estado.

Nas últimas décadas, o ensino público vem sendo sucateado em benefício do lucrativo empreendimento privado na educação. A prioridade máxima deveria ser a revalorização da escola pública a partir de uma nova abordagem da Educação, não mais vista como negócio e sim como investimento nacional. Essa mudança de mentalidade passa por uma escolha política que contemple a educação como prioridade estatal. Com a migração para as escolas privadas dos filhos da classe média - ela que tradicionalmente tem sido veículo das grandes reivindicações políticas no país -, as cobranças ao Estado por melhorias no ensino público enfraqueceram-se, contribuindo para a atual situação de precariedade.

Mostra-se cedo por ora a formulação de um prognóstico para a educação no pós-Covid. Ainda que as mudanças provocadas pela pandemia também possam ensejar boas práticas no meio, o retrato do confuso cenário atual somado ao histórico de políticas educacionais não permite muito espaço para projeções otimistas.

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, J.M.E. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.